I Congresso Internacional das Ciências Agrárias COINTER - PDVAgro2016

PERFIL SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE MANITU DE CIMA, BORBOREMA, PARAÍBA

Apresentação: Comunicação Oral

Thiago Gomes Silva¹; MSc. Tarciso Botelho Pereira Filho²; MSc. Leopoldo Oliveira de Lima³;
MSc. Maria José Ramos da Silva⁴; Dr. Fillipe Silveira Marini⁵

Resumo

Multifuncionalidade pode ser conceituada como um conjunto de novos aspectos relacionados à atividade agrícola que abrange; atores (sociedade), o local (território), e as políticas. O município de Borborema antes se chamava Vila de Camucá e pertencia à cidade de Bananeiras. O Sítio Manitu de Cima é a maior comunidade do município Borborema, ficando a margem da PB 087, com uma distância de 4,0 km até a sede. Esta possui um universo de cinquenta famílias que vivem da agricultura familiar para o consumo de feijão, milho, mandioca e bananicultura, que é a principal atividade de comercialização e a mais cultivada na comunidade. O objetivo deste trabalho foi identificar o perfil da produção agropecuária da comunidade Manitu de Cima e as tecnologias utilizadas para o manejo e as suas formas de comercialização. A construção do trabalho foi realizada com visitas a Empresa de Extensão Rural (Emater/PB), da própria cidade e três visitas na comunidade Manitu de Cima no mês de dezembro de 2014. A metodologia adotada ocorreu de maneira participativa e problemática, cujos conteúdos empregados enfatizavam tentar descobrir a melhoria e as dificuldades encontradas pelos atores envolvidos. Os dados levantados foram analisados e sistematizados na forma de tabela. A localidade citada à cima esta localizada, próxima da rodovia. O êxodo rural não reflete na mesma. A violência que faz parte de várias localidades rurais, na comunidade pesquisada, ela praticamente não existe. Os resultados obtidos nas outras variáveis são similares a trabalhos feitos em outras regiões. A agricultura familiar tem papel importante na permanência do agricultor no campo, com a finalidade de desenvolver condições socioeconômicas e ambientais para a melhoria da sua qualidade de vida e a movimentação da mercadoria no comércio local e regional.

Palavras-Chave: Agricultura familiar, Multifuncionalidade, Comunidade, Renda.

Introdução

1 Licenciado em Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA), thiagogomesimpossiveis@hotmail.com

2 Mestre em Ciências Agrárias (Agroecologia), CCHSA/UFPB, tarcisobotelho@live.com

3 Mestre em Ciências Agrárias (Agroecologia), CCHSA/UFPB, leoolima@ig.com.br

4 Mestra em Ciências Agrárias (Agroecologia), CCHSA/UFPB, maryramos8@hotmail.com

5 Professor Doutor em Produção Vegetal, C/UFPB, fsmarini@yahoo.com.br

O primeiro indício da agricultura familiar no Brasil data-se do Período Colonial, no século XVI no Nordeste brasileiro. Nessa fase se iniciam os primeiros núcleos de ocupação do território. A agricultura familiar é uma atividade que envolve a família na produção sustentável da propriedade.

Multifuncionalidade pode ser conceituada como um conjunto de novos aspectos relacionados à atividade agrícola que abrange atores (sociedade), o local (território), e as políticas públicas, que não estão ligados diretamente à produção de alimentos e matérias-primas, que vêm sendo reconhecidos como fundamentais para o bem-estar da sociedade (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Informações do Censo Agropecuário de 2006 mostram que a agricultura familiar responde por 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) do valor total produzido pela agropecuária brasileira. Esse segmento ocupa cerca de 12,3 milhões de pessoas, o que equivale a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários.

O Sítio Manitu de Cima é a maior comunidade do município Borborema, ficando a margem da PB 087, com uma distância de 4,0 km até a sede. Esta possui um universo de cinquenta famílias que vivem da agricultura familiar para o consumo como feijão, milho, mandioca e bananicultura, que é a principal atividade de comercialização e a mais cultivada na comunidade. A banana produzida é exportada para diversas cidades da região e outros estados a exemplo de Rio Grande do Norte. Na comunidade existem algumas hortaliças e árvores frutíferas como cajueiro mangueira, acerola, etc. Vem sendo comercializada pelos próprios agricultores da comunidade nas feiras livres.

A agricultura familiar possui uma estrutura organizacional equilibrada e voltada para o rendimento econômico, visando à satisfação e as necessidades básicas das famílias, desta forma garantindo a reprodução social das mesmas. O objetivo deste trabalho foi obter a caracterização socioeconômica, das famílias, sua produção agropecuária, suas tecnologias utilizadas para o manejo e a sua comercialização, na comunidade Manitu de Cima.

Fundamentação Teórica

O surgimento do termo agricultura familiar e dos agricultores familiares como sujeitos políticos surgiu a pouco na história recente do Brasil. A partir dos anos de 1980 teve início este processo, o qual foi consolidado na década de 1990. O conceito de agricultura familiar surge a partir do debate no meio acadêmico, da reivindicação dos movimentos sociais do campo culminado com ações do Estado brasileiro que primeiramente estabelece o sentido oficial desta categoria e depois o mesmo passa a construir políticas públicas para este segmento da sociedade (PICOLOTTO 2014).

O termo agricultura familiar na visão de Wanderley (1996) é uma releitura do significado camponês, no sentido amplo já que o agricultor familiar além da posse da terra, possui a gestão

do estabelecimento familiar, através do trabalho de sua família, onde objetivo é a reprodução social da família, e não somente o lucro.

A norma jurídica que estabelece o conceito de agricultura familiar é estipulada pela Lei 11.326 (BRASIL, 2006), pelo Estado brasileiro, englobando várias “categorias” a saber: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Muitos membros destes grupos ainda continuam à margem de políticas públicas destinadas ao meio rural do país.

A partir desta Lei estas categorias sociais começam a ter mais visibilidade passando a possuir a oportunidade e acesso a uma série de políticas públicas federais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Luz para Todos, dentre outros (PICOLOTTO, 2014).

O conceito de multifuncionalidade, surge como uma nova abordagem ao meio rural onde o mesmo passa a ter um novo leque de funções e oportunidades para a agricultura familiar, deixando apenas de ser a produtora de alimentos e fibras mais também, promotora de serviços ambientais, como a conservação dos mananciais, dos solos, das paisagens, preservando grupos étnicos e suas identidades culturais (SANTOS; COUTO; ROCHA, 2005). Neste sentido a multifuncionalidade abandona a lógica do desenvolvimento agrícola a favor de um desenvolvimento territorial, buscando a diversificação econômica das atividades ali presentes (WATANABE; SCHMIDT, 2008).

Partindo da lógica que o meio rural possui uma função multifuncional o Estado necessita induzir e promover o desenvolvimento territorial que considere as especificidades de cada sistema agrário e estimulando a geração das multifuncionalidades. Essas políticas não devem se resumir a subsídios e transferências unilaterais de renda aos agricultores. Elas devem estimular demandas, criando mercados, e envolvendo a sociedade na remuneração dessas novas funções (SANTOS; COUTO; ROCHA, 2005).

Percebe-se então, como é necessário e importante conhecer as comunidades locais (rurais) através de diagnósticos socioeconômicos, para que se possam propor políticas públicas, interagindo com atores (sociedade) e com o local (território), na lógica da multifuncionalidade. Para isto é fundamental a política de desenvolvimento territorial através do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, e também de outras políticas públicas, tendo como objetivo final a felicidade plena de todos que vivem no meio rural em suas mais variadas atividades.

A área de estudo está inserida no município de Borborema – PB, localizado na mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião do Brejo do Estado da Paraíba. Possui uma altitude de 368 m e está inserida no planalto da Borborema com 06° 48” 03” de longitude sul e 35° 37” 33” de latitude oeste. O clima é do tipo As’ (Tropical Chuvoso), quente e úmido, segundo classificação climática de Köppen-Geiger. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro. A temperatura média é de 25°C.

O município de Borborema antes se chamava Vila de Camucá e pertencia à cidade de Bananeiras. Com a criação da Lei nº 2.133, de 18 de maio de 1955, Borborema ganhou o perfil de cidade e em 02/04/1959 passou a ser município pela lei nº 1.198 que fixou a divisão administrativa e judiciária do mesmo. De acordo com o (IBGE censo 2010), a cidade tem uma população urbana e rural de, respectivamente, 3.732 e 1.379 pessoas, totalizando 5.111 habitantes em uma área territorial de 26 km².

Metodologia

O município de Borborema localiza-se na mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião do Brejo do Estado da Paraíba. A metodologia adotada ocorreu de maneira participativa e problemática, cujos conteúdos empregados enfatizavam tentar descobrir a melhoria e as dificuldades encontradas pelos atores envolvidos. Os dados levantados foram analisados e sistematizados na forma de tabela.

Construção do trabalho foi realizada com visitas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PB), da própria cidade e três visitas na comunidade Manitu de Cima no mês de dezembro de 2014. Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com 22 famílias em um universo de 50 produtores para identificar o sistema de produção agrícola e pecuária no aspecto de subsistência e comercialização. Para isso, foi elaborado um questionário que abordou perguntas diretas e indiretas dos mais variados temas sobre o sistema de plantio, manejo do solo, recursos naturais, estabelecimento familiar, participação da mulher na agricultura, a infra-estrutura, a criação de animais, assistência médica, políticas públicas, quantidade de membros que vivem em casa, área de lazer e os tipos de culturas implantadas.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados obtidos da pesquisa realizada com os agricultores da comunidade Manitu de Cima município de Borborema-PB, a produção agropecuária é comercializada diretamente nas feiras de Nova Cruz-RN, São José de Campestre-RN, Natal-RN, Belém-PB, Marí-PB e Araruna-PB. A principal produção agrícola da região e da comunidade é expressa pela

bananicultura.

Durante o trabalho realizado observamos que 63,64% dos agricultores desenvolvem suas atividades em áreas com menos de três hectares de terra com plantação e criações. Os demais percentuais mostram que uma pequena quantidade de entrevistados, tem maioria no percentual de terra, sendo assim um motivo maior para desenvolver as atividades. Os plantios e criações de animais fazem parte dos sistemas de produções locais.

Tabela 1. Tamanho da propriedade na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Propriedades	Pesquisados	%
Menos de três hectares	14	63,64
De três a cinco hectares	5	22,72
Acima de cinco hectares	3	13,64
Total	22	100,00

Na comunidade foi observada uma diminuição nas famílias, devido ao custo de vida, que vem crescendo a cada dia. Deste modo notamos o número reduzido de membros de cada núcleo familiar por domicílio. Entre três e cinco pessoas representa a maioria dos entrevistados com 59%.

Tabela 2. Número de moradores por família na comunidade de Manitu de Cima, Borborema-PB

		Pessoas	Pesquisados	%	de cultivar a terra mais utilizado na comunidade é realizado de maneira consorciada, para aproveitar a terra cultivada, pois caso uma cultura não produza a outra compensa, quase sempre havendo produção de alguma cultura alimentícia O plantio individual possui vocação quando o cultivo é a banana (<i>Musa sp</i>).
A maneira mais utilizado na comunidade é realizado de maneira	Até três		8	36	
	Entre três e cinco		13	59	
	Acima de cinco		1	5	
	Total		22	100	

consorciada, para aproveitar a terra cultivada, pois caso uma cultura não produza a outra compensa, quase sempre havendo produção de alguma cultura alimentícia O plantio individual possui vocação quando o cultivo é a banana (*Musa sp*).

A maneira de cultivar a terra mais utilizado na comunidade é realizado de maneira consorciada, para aproveitar a terra cultivada, pois caso uma cultura não produza a outra compensa, quase sempre havendo produção de alguma cultura alimentícia O plantio individual possui vocação quando o cultivo é a banana (*Musa sp*).

Tabela 3. Sistema de plantio encontrado na comunidade, Manitu de Cima Borborema

Famílias	Modo de cultivo	Casos ocorridos	%
22	Consortio	15	68
	Individual	7	32
	Total	22	100

Em relação ao cultivo de grãos, 68% das famílias entrevistadas cultivam algum tipo destes, como feijão, milho e fava. Estes grãos têm finalidade fundamental na Segurança Alimentar e

Nutricional (SAN) das famílias para e os restos de culturas (palhada) servem de alimento principalmente para os bovinos, bem como para adubação orgânica do solo, através da decomposição do material.

A agricultura familiar possui uma estrutura organizacional equilibrada e voltada para o rendimento econômico, visando à satisfação. e as necessidades básicas das famílias. Para Wolf (1976) a grande função da agricultura familiar é garantir forma satisfatória a reprodução social de seu núcleo familiar. Entende-se que a agricultura camponesa possui uma grande eficácia econômica inalterável, possibilitando geração de renda e emprego no campo evitando também o êxodo rural; uma qualidade de preço nos alimentos até chegar ao consumidor, sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos que vão para a mesa da população brasileira, na Tabela 4, é percebido que todas as famílias produzem gêneros alimentícios.

Tabela 4.Culturas que fazem parte do consórcio, na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Espécies Cultivadas	Famílias pesquisadas	%
(Grãos) feijão, milho e fava	15	68
(Raiz) batata e mandioca	7	32
Total	22	100

A cultura predominante em maior escala, pelos agricultores na comunidade é a banana. Apesar de não estar na Tabela, todos os agricultores da comunidade Manitu cultivam devido às condições edafoclimáticas da região.

A comunidade possui a procedência de utilizar esterco, ou seja, adubo orgânico com o emprego do esterco animal, como forma de recompor os nutrientes do solo, que contribui de forma significativa para a fertilidade dos solos pela adição de matéria orgânica e de nutrientes para as plantas, servindo também como uma das práticas que podem contribuir para a transição agroecológica.

Dos entrevistados, 82% (Tabela 5) utilizam estercos curtidos como forma de adubação orgânica, contribuindo na ciclagem de nutrientes dentro dos sistemas de produção de seus estabelecimentos familiares. O adubo químico vem em segundo lugar, com 9% ganhando destaque nesse cenário principalmente no manejo e produção da bananicultura.

Tabela 5.Técnicas agrícolas utilizadas no preparo do solo, comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Técnicas agrícolas no preparo do solo	Famílias pesquisadas	%
Adubação orgânica (esterco)	18	82
Adubação química (sintéticos)	2	9

Desmatamento e queimadas	2	9
Tratores ou arado	0	0
Total	22	100

Outra prática que faz parte da comunidade é a realização da queimada, 9% dos agricultores entrevistados, com a finalidade proporcionar rapidez e menor trabalho na implantação da cultura. Para Seroa da Motta (2002), a prática de queimadas é uma técnica disseminadas em larga escala pelos processos produtivos, possuindo dezenas de finalidades e aplicações e estando relacionada, não somente ao processo de abertura de novas áreas, mas também integrando alguns processos produtivos tradicionais.

A queimada faz parte do perfil cultural de vários agricultores na comunidade Manitu de Cima. Nesse aspecto o agricultor queima na perspectiva de aproveitar o início das chuvas, com a abertura de novas áreas para cultivá-las.

Na comunidade Manitu de Cima, 50% dos agricultores não utilizam nenhuma técnica de conservação e manejo do solo (Tabela 6). Essa porcentagem pode ocorrer por falta de informação ou orientação adequada, apesar de que segundo, Tabela 7, 86% dos entrevistados recebem Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB). A rotação de cultura, utilizada por 41% dos agricultores, vem ganhando destaque na comunidade, devido ao conhecimento empírico dos camponeses, os mesmos vêm mudando o ciclo das culturas. Sendo assim a diversidade de nutrientes vai crescendo e alguns insetos fitófagos não causarão prejuízos econômicos nas culturas de importância econômica.

Tabela 6. Técnicas de conservação e manejo do solo, na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Técnicas de conservação do solo	Famílias pesquisadas	%
Nenhuma técnica de manejo	11	50
Rotação de cultura	9	41
Plantio em curvas de níveis	2	9
Total	22	100

Segundo Forantini (1992), o consumo dos recursos naturais em bases insustentáveis resulta, portanto, na degradação dos sistemas físico, biológico e social [...]. A manutenção do meio ambiente é uma das condições necessárias para qualidade de vida. É preciso então planejar o espaço de modo a garantir a conservação e o controle de seus recursos naturais [...] (PHILIPPI e PELICIONI, 2005, p. 77).

O uso abusivo dos recursos naturais pode afetar os sistemas biológico, físico e social. Por isso é necessário fazer a manutenção de meio ambiente, respeitando a natureza, as fontes hídricas e ao mesmo tempo planejar a área que vai ser explorada.

Constataram-se durante as visitas de campo realizadas no final do ano de 2014, uma assiduidade muito significativa quando o tema é a EMATER-PB, representa 86% dos entrevistados na comunidade, mais essa visita não se repete com frequência e com qualidade, segundo os moradores é em alguns momentos que a mesma está na Comunidade.

Tabela 7. Assistência técnica dos órgãos públicos, na comunidade Manitu de Cima, Borborema- PB

Órgão prestador	Público	%
EMATER-PB	19	86
Nenhuma assistência	3	14
Prefeitura	0	0
ONGs	0	0
Total	22	100

Com relação as políticas públicas (Tabela), pode-se observar que a maior parte de participação governamental é o Programa Bolsa Família, atendendo 64% dos moradores entrevistados. Seguida do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um programa de crédito rural incentivo e apoio aos agricultores incentivando também a compra de animais. O PRONAF possui o objetivo, promover o desenvolvimento rural através da geração de renda utilizando a mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural, A comunidade está investindo o recurso adquirido pelo Programa na criação de galinhas. Deve ser observado que somente 22% das famílias tiveram acesso ao PRONAF.

Tabela 9. Participação em Políticas Públicas, comunidade Manitu de Cima, Borborema- PB

Programa Social	Pesquisados	%
Bolsa Família	14	64
PRONAF	5	22
Garantia Safra	2	9
Brasil Sem Miséria	1	5
PNAE	0	0
PAA	0	0
Total	22	100

A mulher da Comunidade possui (Tabela10) um alto percentual de participação 64% na atividade agropecuária, tendo em vista a falta de oportunidade de trabalho no mercado local, proporcionando a sua participação na atividade do campo. Essa alta participação, no entanto, não é proporcional ao seu reconhecimento como importante agente de desenvolvimento. A mulher, mesmo ajudando muito a família, continua com seu trabalho não reconhecido, passando a ser entendido e vivenciado apenas como uma ajuda.

Tabela 10. Desenvolvimento de atividade agropecuária desenvolvida por mulheres, na comunidade Manitu de Cima, Borborema- PB

Nº de mulheres	Representação	%
14	Sim	64
8	Não	36
Total 22		100

Em relação a essa realidade Melo e Di Sab bato (2006) contribuem com a análise, ao afirmar que:

Como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos [...] E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrindo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. (MELO; DI SABBATO, 2006, p. 54).

A pecuária é voltada para criação de bovinos e aves que representa 23% (Tabela 11) , tendo em vista que essa é uma atividade cultural que ajuda na adubação orgânica do solo. As aves têm um perfil diferente, pois geram lucro em pouco tempo, com média de 90 dias segundo os agricultores entrevistados. Outra criação que gera lucro rápido é a de suíno, sua presença é justificada, pelos agricultores, devido os restos da alimentação humana que são destinados aos mesmos. A presença dos equinos nesses pequenos estabelecimentos familiares é uma consequência da cultura da banana plantada em terrenos com declive. Esse animal é o responsável pelo transporte da fruta até os pontos de comercialização.

Tabela 11. Animais criados e quantidade, existente na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Animais criados	Famílias Pesquisadas	%
Bovino + Aves	5	23
Bovino	4	18
Não Cria nada	3	14
Apenas aves	2	9
Equino + bovino + suíno	2	9
Bovino + suíno	2	9
Bovino+ suíno+ aves equino	1	4,5
Bovino +equino + aves	1	4,5
Aves equino	1	4,5
Apenas equino	1	4,5
Total	22	100

Essa diversificação é característica da agricultura familiar camponesa, favorecendo assim, a sua persistência e existência, por meio do (auto)consumo e por meio do acesso a outros bens que estes não produzem ou não fabricam. Para Leite (2012), o perfil da agropecuária sempre teve uma

característica voltada para o consumo e comercialização na agricultura familiar gerando assim renda constante durante o ano. No caso dos animais, estes ainda produzem o insumo para uso interno no estabelecimento rural, de forma a diminuir os riscos da produção familiar e a sua independência de insumos externos, como adubos químicos, conforme é comprovado na Tabela 5, onde somente 9% dos entrevistados utilizam este insumo.

A maior porcentagem dos entrevistados da comunidade Manitu de Cima utiliza água de cacimba 27% (Tabela 12). Outra parte (23%) não possui nenhum tipo reservatório próprio, dependendo diretamente de um poço artesiano que beneficia a Comunidade. Os moradores pagam apenas uma taxa de manutenção. Observa-se que água é fundamental para as atividades da residência familiar, bem como para produção de alimentos no roçado e no quintal produtivo.

Tabela 12- Técnica de captação e armazenamento de água na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Variáveis	Pesquisados	%
Cacimba	6	27
Barreiro	5	23
Poço Artesiano	5	23
Cisterna e cacimba	2	9
Cacimba e barreiro	2	9
Cisterna de placa	2	9
Açude	0	0
Total	22	100

A comunidade possui um índice muito bom, quando o assunto é permanência no local, cerca de 59% das famílias. Para outras regiões, 36% desejam se deslocar em busca de melhores condições de vida. Mesmo a Comunidade estar localizada, próxima da rodovia, o êxodo rural não reflete, ainda, na mesma. Assim como a violência, que faz parte de várias comunidades rurais, na comunidade Manitu de Cima ela é pequena.

Tabela 17. Êxodo rural, na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Êxodo Rural	Pesquisados	%
Permanecem	13	59
Em busca de melhores condições	8	36
Violência	1	5
Esquecido pelo poderes públicos	0	0
Total	22	100

Toda a Política Pública de apoio ao agricultor ou até mesmo, quando se trata de aposentadoria rural que o mesmo seja sindicalizado ou associado para facilitar o acesso ao programa ou benefício que é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Sendo assim,

81% dos entrevistados são sindicalizados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, ou associado a alguma Associação (Tabela 18). Outros motivos fazem parte desse grande índice. Se forem sindicalizados e ou membros de alguma associação há a facilidade como agricultor emplacar os meios de transportes pela metade do preço, uma realidade importante para as pessoas que vivem no campo.

Tabela 18. Vínculo organizacional na comunidade Manitu de Cima, Borborema-PB

Vínculo organizacional	Pesquisados	%
Sindicalizado e associado	18	81
Associado	2	9
Sindicalizado	1	5
Não possui vínculo	1	5
Total	22	100

Conclusões

Diante do que foi pesquisado, a comunidade Manitu de Cima proporciona uma diversidade de fatores que favorecem a produção agropecuária diversificada. A agricultura familiar possui papel importante na permanência do agricultor no campo, com a finalidade de desenvolver condições socioeconômicas e ambientais para a melhoria da sua qualidade de vida e a movimentação da mercadoria no comércio local e regional.

Referências

A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, 24 jun. 2006.

CAZELLA, Ademir. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Muad, 2009. 305 p.

Censo demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf. Acesso em 05/10/2016.

FORANTTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo: Artes Médicas. EDUSP, 1992. 407 p.

LEITE, Ailton Souza. AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE DARÍS NA VISÃO AGROECOLÓGICA E ASPECTOS AMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO. 2012. 178 f. Monografia (Especialização) - Curso de Curso de pós-graduação Latu Senso, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras - pb, 2012.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do desenvolvimento agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87. MENDES, E. de P. P.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política nacional de assistência técnica e extensão rural”. Versão final: 25/05/2004.

PHILLIPI, Arlindo Junior. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2005. 890 p. (Coleção ambiental 3).

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p.63-84, dez. 2014. Trimestral.

SANTOS, Eric Gumes Lopo dos; COUTO, Vitor de Athayde; ROCHA, Alynson dos Santos. A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLII, 2005, Ribeirão Preto. **Anais..** . Ribeirão Preto: Sober, 2005.

SERÔA DA MOTTA, R. et al. Estimativa do custo econômico do desmatamento na Amazônia. Rio de Janeiro: RJ. 2002. 38p. Disponível em: <http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0910.pdf>. Acesso em 08 Mar 2015

SILVA, V. R.; REICHERT, M. J.; REINERT, J. D. Variabilidade espacial da resistência do solo à penetração em Plantio direto. *Ciência Rural*, v. 34, n. 2, 2004. pp. 399-406.

WATANABE, Kassia; SCHMIDT, Carla Maria. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI, 2008, Rio Branco. **Anais...** . Rio Branco: Sober, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1996, 18 p.